



A CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Vanessa de oliveira Pires¹

Gisele Silva Lira de Resende²

RESUMO

Esta pesquisa é uma pertinente reflexão acerca da contribuição da Tecnologia Assistiva (TA) para o desenvolvimento de alunos com Deficiência Intelectual (DI). Teve por objetivo analisar de que modo a TA contribui do processo de inclusão e desenvolvimento de estudantes com DI. A metodologia utilizada parte da pesquisa bibliográfica por meio de leituras realizadas em Aranha (2001), Campos e Martins (2016), além de embasar-se também na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015). Realizou-se a pesquisa de campo por meio de entrevista (semiestruturada) aplicada a professores dos estados de Goiás e Mato grosso atuantes do ensino regular e/ou do AEE. A pesquisa viabilizou uma melhor compreensão acerca das contribuições da TA no decorrer do processo de aprendizagem significativa de educandos com DI, trazendo algumas sugestões de TA mais utilizadas atualmente por professores de diferentes áreas do conhecimento. Por fim, este estudo trouxe considerações acerca da importância do professor criativo, pesquisador e adepto as novas tecnologias frente ao processo de desenvolvimento dos alunos com DI. Evidenciou-se, ainda, que para que esse desenvolvimento realmente se efetive torna-se fundamental o investimento em formação em TA para os educadores, a disponibilização de recursos materiais e a compreensão e concretização do pensamento de que a prática da equidade em âmbito educacional é um direito dos alunos e um dever da escolar.

Palavras-chave: Aprendizagem Significativa. Psicopedagogia. Deficiência Intelectual. Tecnologia Assistiva.

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica do curso de Especialização em Psicopedagogia Institucional com Ênfase na Educação Inclusiva do UniCathedral - Centro Universitário e Licenciada em Pedagogia. E-mail: vanessa.0700@hotmail.com.

² Doutora em Educação (UCLV/UFBA), com Pós-doutorado em Educação e Saúde (UFMT). Bacharel em Serviço Social. Licenciada em Pedagogia. Coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Professora nos Curso de Direito e de Pedagogia, do UniCathedral - Centro Universitário. E-mail: giselelira@hotmail.com.



Os crescentes discursos acerca da urgência do reconhecimento e valorização da diversidade humana tem evidenciado ainda mais a necessidade das escolas se reorganizarem para de fato receber e incluir todos os alunos, independente de etnia, cultura, sexo, cor, classe social, ou qualquer barreira enfrentada pelo indivíduo, seja ela de cunho neurológico ou físico.

Nesse sentido, foram criadas inúmeras políticas que assegurem a igualdade de direitos nas escolas. Observar-se, no entanto, a relevância em se considerar também a equidade no ambiente educacional, visto que, esse evidencia a riqueza nas diferenças, visando o desenvolvimento de todos os envolvidos, reconhecendo imparcialmente o direito de cada um deles, tornando assim, sua efetivação um direito do aluno e um dever da escola.

Assim, ao se mencionar a equidade no âmbito educacional, cabe ressaltar os enormes ganhos que a Tecnologia Assistiva (TA) tem trazido para a inclusão, uma vez que, tem possibilitado a superação de barreiras enfrentadas por estudantes com qualquer tipo de deficiência, proporcionando a eles mais independência, qualidade de vida e possibilidade de aprendizado.

Por esses motivos, este projeto de pesquisa tem como tema a contribuição da Tecnologia Assistiva no desenvolvimento de estudantes com Deficiência Intelectual. Esta pesquisa torna-se de suma relevância, uma vez que, a busca por diferentes maneiras de auxiliar a escola no processo de inclusão se fazem cada vez mais necessárias e a deficiência intelectual desafia a escola, pois, exige ainda mais de seus profissionais. Essa exigência se dá não só em face da dificuldade do diagnóstico bem como a maior exigência de esforços para seu pleno desenvolvimento educacional.

Isso posto, o problema que se coloca em questão no decorrer da pesquisa é identificar de que maneira a tecnologia assistiva auxilia no processo de inclusão e desenvolvimento de estudantes com Deficiência Intelectual?

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar de que modo a tecnologia assistiva contribui do processo de inclusão e desenvolvimento de estudantes com Deficiência Intelectual.

Quanto à natureza, refere-se a uma pesquisa básica e a forma de abordagem do problema é quanti-qualitativa, já ao que se refere ao objetivo, optou-se pelo uso da pesquisa exploratória. É também um estudo bibliográfico o qual contou com



embasamento teórico em autores como, Aranha (2001), Viana e Gomes (2017), além de embasar-se também na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015).

Trata-se também de uma pesquisa campo, uma vez que, os resultados foram obtidos por meio de entrevista (semiestruturada) aplicada a professores do ensino regular e/ou do Atendimento Educacional Especializado-AEE.

Neste contexto, este estudo discorre inicialmente a respeito da trajetória histórica da educação especial e da utilização da TA, além de conceituar brevemente a DI. Mais adiante, traz considerações a respeito dos resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, de como a TA tem sido utilizada pelos professores para tornar a aprendizagem dos alunos com DI ainda mais significativa. Posteriormente, a pesquisa discorre sobre exemplos de algumas das diferentes TA utilizadas para facilitar a aprendizagem de aluno com DI.

Isto posto, o artigo se justifica, pela relevância em observar o educando com DI como um ser holístico, que não se resume a meras limitações e assim, buscar valorizar e potencializar suas inúmeras qualidades e talentos. E para isso, torna-se fundamental compreender um pouco mais acerca das contribuições da TA no desenvolvimento deste educando com DI.

2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Durante um longo período, a deficiência foi vista pela sociedade como algo susceptível a preconceitos e medidas extremas, sem direitos, e sem acesso a uma escolarização. De acordo com inúmeros estudos referentes a trajetória histórica das deficiências, da antiguidade até os dias de hoje esse público passou por diferentes fases no âmbito educacional, sendo essas as fases da exclusão, segregação, integração e atualmente a inclusão.

Na Idade Antiga, as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram consideradas sub-humanas e conseqüentemente desnecessárias, assim, acabavam sendo abandonadas a própria sorte ou como na maioria dos casos eram mortas logo após seu nascimento.



Neste período, dá-se início a fase da exclusão, em que a pessoa com deficiência se quer tinha direito a vida, quiçá alguma chance de alcançar o direito à educação. O cristianismo teve grande atuação para o findar deste período, pois, de acordo com Aranha (2001), o cristianismo passou a defender que as pessoas com deficiência também tinham alma, o que não era mencionado até então, portanto, não podiam mais ser assassinadas, pois, como tinham alma também eram filhos de Deus.

Seguindo essa perspectiva, no período seguinte, conhecido como Idade Média, o misticismo e as crenças continuaram a fazer parte da visão sobre as pessoas com deficiência, em que não podiam mais serem mortos. No entanto, passaram a ser observados perante a perspectiva de um castigo de Deus.

Houve-se então a necessidade da fundação de asilos e hospitais que segundo Campos e Martins (2016) surgirão com o objetivo principal de evitar que a sociedade tida como “normal” da época se confrontasse com a diferença, com pessoas com algum tipo de deficiência.

Dando continuidade a caminhada das pessoas com deficiência na luta pela igualdade de direitos, dá se início então a Idade Moderna na qual começou-se a desencadear uma leve preocupação com a socialização e a educação das pessoas com deficiência. No entanto, em muitos países ainda permaneciam arraigadas às crenças de que as pessoas com deficiência eram insuficientes e incapazes de aprender.

A Idade Contemporânea trouxe avanços importantes para conquistas de direitos e principalmente de educação para pessoas com deficiência. Inicialmente, passou-se a investigar as causas das deficiências, já se desvinculando das crenças de castigos divinos.

Percebeu-se com grande ênfase a fase da segregação no decorrer do século XX, visto que, as escolas especiais ofereciam de certa forma uma educação de modo a isolar as pessoas com deficiência em instituições diferentes daquelas para pessoas sem nenhum tipo de deficiência.

Na década de 80, o Brasil inicia a fase da integração, por meio do artigo 208 da Constituição Federal de 1988 o qual trouxe pela primeira vez que o ensino para pessoas com deficiência deveria acontecer preferencialmente no âmbito do ensino regular, porém, em classes especiais, separados dos alunos sem deficiência.



No ano de 1996, a LDB acrescenta a necessidade da implementação do serviço de apoio especializado para auxiliar no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Atualmente, a educação brasileira conta com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) a qual visa assegurar e viabilizar a igualdade de direitos em prol da inclusão.

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Assim como as outras deficiências, a DI passou por um longo período de descasos e preconceitos, vivenciando de forma ferrenha as fases de exclusão, segregação e integração para que pudesse viver o que hoje se conhece como inclusão. Ao analisar o processo histórico da Deficiência Intelectual percebe-se que por muito tempo esses indivíduos eram escondidos da sociedade e na grande maioria das vezes eram caracterizados como loucos, portanto, aprisionados e humilhados.

A Deficiência Intelectual é conhecida como um desenvolvimento cognitivo inferior à média, ou seja, quando as funções cognitivas do indivíduo estão abaixo do que é considerado “normal”. Acredita-se que são inúmeras as possibilidades de causas da DI, podendo ocorrer tanto nos períodos de pré-natal, peri-natal, quanto pós-natal.

O período pré-natal, corresponde toda a fase da gestação até o momento do parto. Neste período, a DI pode vir a ocorrer devido a fatores genéticos e/ou ambientais. Neste caso os fatores genéticos são identificados em alterações cromossômicas, como a síndrome de Down. E os fatores ambientais referem-se a comportamentos como, o consumo de álcool e drogas, além de doenças como Rubéola e Sífilis.

No decorrer do período Peri-natal, correspondendo, do parto ao fim do 1º mês de vida do indivíduo. Assim, a DI está ligada a causas como, partos longos, incompatibilidade sanguínea entre a mãe e o bebê, prematuridade entre outros.

Por fim, durante o período pós-natal, o qual compreende do final do primeiro mês de vida do indivíduo até o findar da adolescência. Os riscos estão voltados principalmente a questões sociais, podendo estar voltadas a estruturação familiar do indivíduo, envolvendo desde maus tratos até o abandono.

2.2 TECNOLOGIA ASSISTIVA: UM DIREITO ASSEGURADO POR LEI



A TA é um termo ainda em construção e sistematização, passando por mudanças que acompanham a realidade da sociedade de cada época, no entanto sabe-se que sua utilização se faz presente desde os primórdios, com a utilização de pedaços de pau para bengalas, pedras para a confecção de armas que facilitavam a caça, a utilização do fogo e assim por diante.

Sabe-se que grande parte das escolas brasileiras sobrevivem com uma quantidade de recursos limitadas, o que dificulta a compra de equipamentos modernos que deem suporte aos alunos com qual quer tipo de deficiência. No entanto um ponto extremamente positivo da TA, é justamente que essa não é composta apenas por equipamentos mirabolantemente caros ou de difícil aquisição pelas escolas, muito pelo contrário a TA possui um leque de possibilidades que vão desde confecções com materiais recicláveis até a compra de materiais tecnologicamente mais avançados.

Com o tempo as justificativas dos insucessos de alunos com DI têm diminuído e dado lugar a busca por alternativas práticas, baratas e atrativas que possibilitam o desenvolvimento desses alunos. Isso só tem sido possível, graças a criatividade e força de vontade de muitos educadores na busca por garantir aos seus alunos um leque maior de possibilidades de aprendizado e isso com certeza trará consequências muito positivas para a educação, tanto a curto quanto a longo prazo.

Atualmente, existem inúmeras possibilidades de TA de baixo custo a disponibilidade da escola. Coisas simples como um engrossador de lápis feito com material reciclado pode auxiliar muitíssimo alguns alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em virtude de sua relevância e infinidade de possibilidades, a TA passou a ser dividida em categorias. A primeira delas refere-se a materiais que facilitam a vida rotineira do indivíduo, em aspectos fundamentais como (higiene, alimentação, vestuário, leitura e escrita. Alguns exemplos são: Cadeira de banho, prancha com cortador de unha, adaptadores de fio dental, pente, escova, tesoura, lápis, abotoadores, cadarços, velcro, planos inclinados, e ai por diante.

A segunda categoria é a da comunicação alternativa, à qual tem por objetivo possibilitar ou ampliar a comunicação do indivíduo que não possui habilidades de escrita e/ou falada. Alguns exemplos dessa categoria da TA são: o Braille, a Língua Brasileira



de Sinais – LIBRAS, pranchas de comunicação, Símbolos de Comunicação Pictórica – PCS, além de recursos tecnológicos com aplicativos como: Boardmaker, Snap+Core First entre outros.

Já a terceira refere-se a mecanismos de acessibilidade ao computador, essa categoria utiliza-se de hardwares e/ou softwares pensados especialmente para indivíduos com as mais variadas deficiências. Alguns exemplos são, os teclados virtuais, em libras, em braile e com letras maiores e coloridas, além de ponteiras de cabeça, impressoras Braille e assim por diante. Destaca-se também a existência de inúmeros softwares especiais riquíssimos em conteúdos os quais foram desenvolvidos para auxiliar no processo de desenvolvimentos de alunos com deficiências, inclusive na alfabetização escrita e matemática de alunos com DI.

A quarta categoria embora ainda pouco utilizada em razão dos custos, refere-se ao controle de ambientes, em que à pessoa com deficiência passa a ter a possibilidade de controlar as janelas, portas, aparelhos eletrônicos, móveis e iluminação, tudo por meio de um controle remoto ou mesmo por voz, expressões e assim por diante.

A quinta diz respeito aos projetos arquitetônicos de acessibilidade como rampas, elevadores, adaptações em banheiros, mobiliário entre outras. Destaca-se, no entanto, que essa categoria requer um olhar mais apurado no que tange as políticas públicas, visto que, ainda hoje, mesmo fazendo parte da Lei 13.146/2015, que trata dos direitos das pessoas com deficiência, na prática a grande maioria das cidades brasileiras pouco contemplam projetos arquitetônicos de acessibilidade.

A categoria número seis, diz respeito às Órteses e próteses e a sétima, refere-se a adequação postural, ou seja, almofadas especiais, assentos e encostos anatômicos, que possibilitam o posicionamento adequado do corpo. A oitava categoria destina-se a veículos que visam a uma melhor mobilidade do indivíduo alguns exemplos são as cadeiras de rodas e os andadores.

A nona é a de auxílio a cegos ou com visão subnormal em que alguns exemplos são, as lentes, lupas, softwares leitores de texto, ampliadores de tela, além de hardwares como, impressoras Braille entre outros. Já a décima são os auxílios para surdos ou com déficit auditivo, como aparelhos para surdez, entre outros. E por fim a última categoria refere-se as adaptações realizadas em veículos para que pessoas com deficiências físicas possam conduzi-los.



A utilização da TA no contexto educacional é fundamental, mesmo porquê, como já mencionado no decorrer deste estudo, a TA é um direito garantido pela lei 13.146/2015, em que traz em seu Art. 3º no decorrer dos incisos I e III o direito das pessoas com deficiência à acessibilidade e a utilização de TA. Esse direito deve ser respeitado e de fato colocado em prática pelas instituições de ensino, pois, suas contribuições são significativamente importantes para o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA DIGITAL PARA O DI.

Atualmente, a TA vai além do simples suporte ao indivíduo, uma vez que compreende também aspectos amplos, ligados a interação social e a construção de conhecimentos e isso torna-se possível graças às tecnologias digitais.

As tecnologias digitais fazem parte da formação social dessa geração e com certeza estará ainda mais enraizada nas gerações futuras, torna-se inegável o fato de que as crianças estão tendo cada vez mais contato com computadores, tablets e celulares. Esse contato quando aliado ao mau uso é certo que trará prejuízos enormes às crianças, no entanto, se utilizados com fins pedagógicos trarão ganhos incontestáveis para o desenvolvimento dos alunos inclusive os com DI.

Como já mencionado nesse estudo, atualmente, existem softwares educativos que auxiliam muito no processo de alfabetização da leitura, escrita e matemática de pessoas com deficiência intelectual, principalmente por meio de jogos, uma vez que esse recurso desperta a atenção e participação das crianças com DI.

A exemplo disso pode-se citar o software boardmaker, que é um programa de criação de pranchas de comunicação alternativa que tem auxiliado muito educadores no desenvolvimento de educandos com déficits na comunicação.

Torna-se muito comum que algumas crianças com DI tenham dificuldades de interação social e isso certamente poderá interferir seu desenvolvimento. Pensando nisso, este aspecto deve ser amplamente trabalhado e essa barreira vencida. Torna-se inegável o fato de que para as crianças atuais uma importante ferramenta neste processo tem sido a utilização de jogos de realidade virtuais e até mesmo as redes sociais, pois, estes fazem parte da vida cotidiana delas e despertam o interesse.



Seguindo esse raciocínio Viana e Gomes (2017) ao realizarem um estudo para verificar a contribuição das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), no processo de interação social e letramento de indivíduos com DI, contataram, por meio da atividade de alimentação em blogs, que a leitura e escrita por intermédio do contexto digital torna-se mais atrativa, dinâmica, interativa e por isso, torna-se uma aprendizagem ricamente significativa.

Assim, pode-se perceber que o contexto digital, seja por intermédio de blogs, jogos, ou até mesmo por meio de redes sociais podem ser utilizados como importantes ferramentas de aprendizagem significativa no desenvolvimento de alunos com DI. Justificando-se por sua forma dinâmica e atrativa, a qual possibilita a interação, além de estimular a leitura e a produção textual desses alunos.

Portanto, constata-se que o contato do aluno com DI com a tecnologia digital utilizada com fins pedagógicos auxiliam em seu desenvolvimento integral, promovendo não só a interação social, mas desenvolvendo seus aspectos cognitivos e afetivos.

2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Parte deste estudo, o qual refere-se a pesquisa campo, se deu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores tanto da sala regular quanto do Atendimento Educacional Especializado – AEE dos estados de Goiás e Mato grosso. A formação dos profissionais pesquisados varia entre Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas, Matemática e Geografia, além de duas Psicopedagogas e uma especialista em Educação Especial e Inclusiva. O tempo de atuação desses profissionais varia entre dois e vinte anos.

Quando questionados a respeito de quais aspectos consideravam mais desafiadores ao trabalhar com alunos com DI, as respostas foram diversas destacando-se a dificuldade do diagnóstico, da fixação dos conteúdos, a falta de recursos, de preparos e de comprometimento por parte de muitas famílias.

Ainda sobre esse assunto, um dos entrevistados destacou o momento da avaliação dos alunos com DI como sendo um de seus grandes desafios. Nesta perspectiva destaca-se que avaliar qualquer aluno requer uma observação integral de seu desenvolvimento e com o DI não é diferente, o profissional precisa ter um olhar diferenciado e atento a cada



avanço do educando, por mais simples que pareça ser já é uma grande conquista e que precisa ser levada em consideração, tanto nos aspectos de avaliação quanto na vida no educando.

Quando questionados sobre quais Tecnologias Assistivas mais utilizam para o desenvolvimento de seus alunos com DI, a grande maioria dos educadores afirmaram utilizar Jogos e materiais confeccionados por eles mesmos. Alguns entrevistados mencionaram também a utilização de Comunicação alternativa, Softwares como Boardmaker, jogos, entre outros, além da utilização de Velcros, planos inclinados, engrossadores de lápis, adaptadores de tesoura, entre outros.

As Tecnologias Assistivas menos citadas foram as relacionadas à higiene, alimentação, vestuário, locomoção e penas dois dos pesquisados chegou a mencionar especificamente o uso de Redes sociais como ferramenta para o desenvolvimento de alunos com DI em suas aulas. Pode-se perceber que muitos profissionais ainda desconhecem a relevância dessa ferramenta para o desenvolvimento de alunos com DI.

Em contrapartida, percebeu-se que muitos dos profissionais pesquisados já compreenderam que a TA, está também nas coisas simples e que com força de vontade e criatividade é possível confeccionar recursos de TA que muito auxiliaram os alunos com DI em seu processo de ensino-aprendizagem.

Sabe-se que cada indivíduo possui um estilo diferente de aprendizagem, pensando nisso e embasados em suas próprias experiências, os professores entrevistados recomendaram a utilização dos mais diversos recursos que despertam o interesse e a aprendizagem dos alunos. Citaram exemplos como, o jogo da memória, jogo da velha, jogos coloridos de montar, vários tipos de dominós, quebra-cabeça, caixa de som, pranchas e fichas de comunicação, imagens, materiais concretos no ensino da matemática, texturas entre outros.

Duas professoras destacaram também que atualmente em virtude da pandemia, ambas estão utilizando aplicativos como Google Meet e/ou WhatsApp os quais tem possibilitado a comunicação com os pais e a execução de vídeo aulas que auxiliaram bastante seus alunos.

Uma das entrevistadas destacou que utiliza o jogo *Banco Imobiliário* para trabalhar sistema monetário e o jogo *Quem sou eu?* para trabalhar leitura. Outra entrevistada recomenda a utilização de softwares como *Hércules e jiló*, *Aramumo* e *livox*.



Destacaram também, a importância em aliar as brincadeiras, ou personagens que as crianças com DI gostem ao objetivo da aula, pois, isso tornará a aula ainda mais atrativa e conseqüentemente significativa.

A educação brasileira certamente ficará marcada pelo uso das tecnologias digitais como forma de diminuir os impactos causados pela ausência das aulas presenciais, ausência essa ocasionada pelo surgimento da pandemia do Covid19. É certo que muitos professores até o início desse ano tinham muito receio na utilização deste recurso, porém tiveram que se desdobrar em tempo recorde para se adequar e aprender a utilizar esse recurso que sem dúvidas trará enormes benefícios ao ambiente educacional.

Nada substituirá as aulas presenciais, porém, acredita-se que após o período de pandemia, muitos professores estarão ainda mais familiarizados ao uso das tecnologias digitais e as levaram para suas aulas, o que enriquecerá ainda mais a aprendizagem dos alunos com DI.

A família possui papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do educando com DI e ao serem questionados a respeito do tema, 70,4% dos educadores classificaram essa participação como boa, mas acreditam que ainda poderia melhorar. 14,8% classificaram como excelente e afirmaram que sempre que precisam, as famílias estão dispostas a contribuir e 14,8% classificaram como ruim sob a justificativa de que dificilmente as famílias disponibilizam a auxiliar nesse processo.

Ao longo das entrevistas percebeu-se que mais da metade dos educadores se mostraram empenhados na utilização da TA tanto na em sala de aula regular quanto no AEE. No entanto, muitos ressaltaram a necessidade de mais apoio por parte do Estado tanto para a preparação de profissionais quanto para a aquisição de materiais relacionados a TA.

3 CONCLUSÃO

Evidenciou-se ao longo desse estudo, que muitos educadores se mostraram conscientes das importantes contribuições da TA para o desenvolvimento dos educandos com DI. Destaca-se que todos fazem uso de pelo menos uma das categorias da TA em suas aulas, com vistas a contribuir para o aprendizado significativo de seus alunos com DI.



Portanto, o objetivo principal da pesquisa foi alcançado ao constatar que a TA tem auxiliado no processo de inclusão e desenvolvimento de estudantes com Deficiência Intelectual de inúmeras maneiras, as quais compreendem não só os aspectos de alimentação e locomoção, mas também na interação social, no processo de ensino-aprendizagem, na higiene, e assim por diante.

Na comunidade escolar, toda essa contribuição é evidenciada desde a utilização de adaptadores, de comunicação alternativa, jogos, engrossadores de lápis até a utilização de softwares riquíssimos em conteúdo que auxiliam no desenvolvimento de educandos com DI. No entanto, destacou-se que a grande maioria dos educadores entrevistados ainda não descobrirão o quão rico pode ser a utilização de blogs e redes sociais como ferramenta pedagógica nesse processo.

Em síntese, esse estudo ressaltou entre outras coisas o quão importante é o papel do professor no processo de inclusão e desenvolvimento de alunos com DI. O educador é sem dúvidas o sujeito capaz de buscar por diversos recursos e Tecnologias Assistivas para de fato desenvolver todas as potencialidades de seus alunos de forma a motivá-los na busca do conhecimento, diminuindo assim as desigualdades de dando lugar a equidade tão fundamental no contexto educacional.

4 REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

BRASIL. C.N.E. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. n. 13.146, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação - CNE. **Educação Básica. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 20 de julho 2020.

CAMPOS, S. M. G.; MARTINS, R. M. L. **Educação especial**: Aspectos históricos e evolução conceptual. *Millenium-Journal of Education, Technologies, and Health*, n. 34, p. 223-231, 2016.

VIANA, F. R.; GOMES, A. L. L. A produção escrita de pessoas com deficiência intelectual na interação com as tecnologias digitais da informação e comunicação. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 58, p. 297-311, 2017.